

### EMPREENDEIMENTOS HIDRELÉTRICOS NA AMAZÔNIA E EDUCAÇÃO: PROBLEMAS REGIONAIS *VERSUS* DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA

**Maria Fábila Oliveira Silva**

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Castanhal, Bolsista (PRODOUTOR) – [fabiaaquiles@gmail.com](mailto:fabiaaquiles@gmail.com)

**Ivana de Oliveira Gomes da Silva**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> em Geografia no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Castanhal – [ivanaogsilv@gmail.com](mailto:ivanaogsilv@gmail.com)

### RESUMO

O presente trabalho é resultante de uma atividade vinculada ao projeto de pesquisa intitulado “Desenvolvimentos na Amazônia: grandes projetos e populações atingidas”, pertencente à Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal do Pará – Campus Castanhal. Trata do discurso desenvolvimentista disseminado pelo Estado para fomentar a consolidação de grandes empreendimentos hidrelétricos na Amazônia, em específico a UHE Belo Monte, trazendo à discussão os problemas regionais advindos destes empreendimentos. Objetivando identificar o papel da educação para a formação cidadã do sujeito, no sentido de fortalecer a resistência perante estes projetos que devastam o meio em que o mesmo habita. O trabalho se dispôs de uma abordagem qualitativa, utilizando-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica acerca da historicidade da UHE Belo Monte e da prevalência do discurso desenvolvimentista em detrimento dos problemas regionais resultantes da então construção. O que nota-se é que a educação, em seu viés de exercício de cidadania, se mostra de suma importância para o fortalecimento das resistências à esses projetos que não dão voz às populações que sofrem os maiores impactos discurridos de projetos mal elaborados, que atropelam todos os direitos humanitários destes sujeitos.

**Palavras-chave:** UHE de Belo Monte. Desenvolvimentismo. Educação à Cidadania.

### INTRODUÇÃO

No decorrer do processo de “desenvolvimento” do Brasil, levando em consideração sua posição dependente no plano internacional após a segunda guerra mundial, foram sendo construídos diversos argumentos desenvolvimentistas que alegavam a necessidade de fortalecimento da economia do país e suas determinadas regiões. Tais argumentos tinham como real intento a consolidação de empreendimentos voltados à produção e exportação nos setores de minério, energia e agropecuária, fomentando a ampliação, reprodução e acumulação do capital.

Desde então, empreendimentos foram construídos e fortalecidos em todos os setores. No setor elétrico, se efetivaram construções de usinas Hidrelétricas, a exemplo da UHE Belo Monte no rio Xingu, localizada no sudoeste do estado do Pará, tendo a maior parte de sua infraestrutura residida no município de Altamira.

Surge, a partir de então, inúmeros problemas de caráter social e ambiental, consequentes da construção, que abrange uma enorme parcela da população local de forma

direta. Problemas que foram de diversas maneiras, previstos e postos em pauta por movimentos sociais embrionários das circunstâncias. Todavia, os mesmos se encontraram e ainda se encontram em detrimento quando se trata de reprodução e acumulação do capital, regido pelo Estado e grandes empresas responsáveis ou beneficiadas pelo empreendimento.

Será tratada nas próximas seções deste artigo a historicidade do processo de planejamento e construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, trazendo as contribuições de Fleury e Almeida (2013), do Instituto Socioambiental (ISA) e de Pinto (2009), bem como os problemas regionais oriundos das construções da UHE, enfatizados no Painel de Especialistas (2009), e como estes foram e são até hoje secundarizados no que diz respeito à prevalência do capital, incorporado por discursos desenvolvimentistas disseminados pelo Estado.

A pesquisa é parte de atividades vinculadas e desenvolvidas no projeto de pesquisa intitulado “Des-envolvimentos na Amazônia: Grandes Projetos e Populações atingidas”. Tendo como objetivo orientar a pesquisa, buscou-se responder a seguinte questão: De que forma a educação, em seu viés de cidadania, pode contribuir para sanar os problemas socioambientais embrionários deste e de outros empreendimentos que são defendidos a todo custo pelos discursos desenvolvimentistas?

## **2 Usina Hidrelétrica de Belo Monte: uma análise histórica acerca dos processos de consolidação da obra.**

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte, localizada no município de Vitória do Xingu no sudoeste do estado do Pará, teve suas projeções iniciais com os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu iniciado em 1975. A até então denominada Usina Kararaô<sup>1</sup>, seria segundo Fleury e Almeida (2013), com seu complexo constituído por cinco usinas o maior projeto nacional na época, inundando aproximadamente 22 mil quilômetros quadrados. Sendo que, de acordo com Pinto (2009), duas de suas barragens afogaria um espaço maior que o reservatório de Tucuruí.

A partir de então, o que se tornou evidente fora uma sequência de embates, conflitos e resistência resultantes destes estudos, entre os defensores e contrários à construção. Fleury e Almeida (2013) destacam como um importante acontecimento no decorrer destes processos o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado em fevereiro de 1989. Na ocasião, houve

---

<sup>1</sup> Grito de guerra Kaiapó

forte presença de indígenas, ambientalistas, sem contar a presença expressa da mídia nacional e estrangeira.

No encontro, o acontecimento mais repercutido mídia a fora se deu quando Tuíra, indígena Kaiapó, expressou sua insatisfação com o projeto ao se aproximar e encostar a lâmina de seu facão no rosto de José Antônio Muniz Lopes, então diretor da Eletronorte, estatal responsável pelos estudos. O mesmo, ainda na ocasião, anunciou a alteração na denominação do projeto de Usina Kararaô para Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em decorrência de se interpretar como agressão cultural à etnia o uso de seus termos para designar um empreendimento que traria enorme devastação para a mesma (FLEURY; ALMEIDA, 2013). Como resultado de todo este embate inicial, o projeto foi engavetado.

Todavia, Pinto (2009) discorre que na década de 1990, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, o projeto fora retomado estando Muniz Lopes na presidência da Eletronorte. Para sua maior aceitação o estudo sofrera algumas modificações, tais como a redução da área inundada para 1200 km<sup>2</sup> e posteriormente para 440 km<sup>2</sup>. Redução esta resultante das alterações nos estudos como exempla a eliminação da barragem de Babaquara. Artimanhas articuladas pelo Estado para consolidação da obra que fora considerada pelo governo, como ressalta Fleury e Almeida (2013), como uma ação “estratégica para elevar a oferta de energia do país estruturante do ‘Eixo de Desenvolvimento da Amazônia’.” (FLEURY; ALMEIDA, p. 144, 2013).

Ligado a isso, de acordo com o ISA<sup>2</sup> (2010), em 2002, o presidente FHC afirmou em seus discursos pró-desenvolvimento nacional que “além do respeito ao meio ambiente, é preciso que haja também respeito às necessidades do povo brasileiro, para que a ‘birra’ entre os diferentes setores não prejudiquem as obras, porque elas representam mais empregos.” (ISA, 2010, s/p), deixando enfatizado o detrimento dos direitos socioambientais expressamente reivindicados por diversos movimentos e sujeitos direta e indiretamente afetados, que lutam arduamente para que a população diretamente ligada ao projeto tenham, no mínimo, o direito de serem ouvidas.

Ainda em 2002, o presidenciável Luíz Inácio Lula da Silva, em um de seus cadernos temáticos de governo, afirmava que a forma como estava sendo pensada a Amazônia e suas bacias hidrográficas para o desenvolvimento energético do país, não poderiam ser considerada

---

<sup>2</sup> Instituto Socioambiental

recomendável por seus efeitos negativos que afetavam a Bacia Amazônica (ISA, 2010). O que ocasionou um sentimento de esperança aos defensores socioambientais e, conseqüentemente, um forte apoio dessas populações à candidatura do então representante do Partido dos Trabalhadores.

Uma enorme sequência de encontros ocorreu entre lideranças indígenas, movimentos sociais, dentre outros defensores de direitos socioambientais, juntamente com cerca de mais de 20 ações jurídicas promovidas pelo Ministério Público Federal (MPF) contra o projeto. No entanto, não obtiveram êxito, pois em 2007 o governo federal incluiu o empreendimento no Plano de Aceleração do Crescimento, juntamente com alegações de que o empreendimento traria muitos benefícios, gerando empregos, produzindo “energia limpa”, alagando uma área mínima, remanejando o mínimo de pessoas, enfim, são infinitas as tentativas de silenciar os movimentos que defrontam o empreendimento. Conseqüentemente, ganhando força para derrubar todo impedimento ao licenciamento da obra judicialmente. E em 2010 fora emitida uma licença prévia pelo IBAMA, órgão responsável por licenciar os empreendimentos que promovem impactos ambientais, assegurando viabilidade de consolidação do empreendimento. (ISA, 2010).

Dessa forma, antes mesmo da emissão da licença prévia, houve bastante movimentação no cenário político, jurídico e social. Repletos de idas e vindas, de conquistas e perdas, porém, com o infeliz resultado da consolidação e construção civil do projeto em 2011. Após o leilão, que concedeu à concessionária Norte Energia a responsabilidade pela obra, a Usina se efetiva e é inaugurada em maio 2016 pela então presidente da república Dilma Rousseff.

### **3 PROBLEMAS REGIONAIS ADVINDOS DA CONSTRUÇÃO DA UHE BELO MONTE *VERSUS* DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA**

Constantes são as discussões acerca das enormes problemáticas corriqueiras dos avanços de grandes empreendimentos no país voltados ao setor elétrico. Tais discussões se alicerçam a partir da incongruência entre o discurso desenvolvimentista disseminado pelo Estado e as atrocidades socioambientais embrionárias do modo que se pensava alcançar tais avanços para o setor. O Estado empenhou-se em consolidar a ideia de investimento energético justificando o aumento da produção do país no setor em função de evitar um possível apagão



nacional, que se daria pelo aumento da demanda de energia e baixo investimento na ampliação da oferta.

Apesar de haver um embate histórico entre os defensores do desenvolvimento interno e defensores do liberalismo, muito se sabe do real intento compartilhado por essas duas correntes ideológicas: a produção e acumulação do capital, o que em diversos momentos impulsionou uma forte aliança entre burguesia interna e externa, através do avanço no processo de industrialização de autoria tanto nacional, quanto internacional (ARAÚJO, 2015).

Uma análise realizada por Gomes e Silva (2017) a partir de estudiosos de temáticas diretamente relacionadas com o setor elétrico na Amazônia brasileira, contribui para a discussão da expansão desse setor via construções de hidrelétricas no cenário nacional, abordando a forma como a região foi pensada para fortalecer e contribuir aos interesses do capital. A citada autora traz à discussão o pacato fornecimento de energia elétrica no Pará por volta da década de 40, que dependia de uma deficiente rede provida de maquinários movidos a diesel, resultando assim na inviabilidade de instalações de indústrias na região, em função do fornecimento elétrico escasso.

A Amazônia entra nesse contexto de produção energética como fonte abundante de recursos hídricos acompanhado do discurso que contempla a necessidade de modernização e desenvolvimento regional. Todavia, analisando as incontáveis más consequências geradas pelo processo de consolidação dos empreendimentos, nota-se a presença do real intento já citado: reprodução, ampliação e acumulação do capital.

A UHE Belo Monte é palco de conflitos desde seus primeiros estudos de viabilização iniciados em meados da década de 70. Desde então, devido aos impactos resultantes da construção, populações locais e movimentos resistentes de cunho social e ambiental, enfrentam de todas as formas as atrocidades autorais da Eletronorte, concessionária responsável pelo empreendimento.

O Painel de Especialistas (2009) organizado por Magalhães e Hernandez reúne estudos críticos realizados por pesquisadores de diversas instituições, salientando falhas e omissões presentes nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) apresentados pela ELETROBRÁS (Centrais Elétricas Brasileiras S. A.) ao IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente). Nele, são evidenciadas inúmeras problemáticas decorridas do empreendimento, as

quais o EIA omitiu ou subdimensionou. Dentre algumas dessas manipulações do Estudo está diminuição da proporção da área diretamente afetada, da população atingida, da perda da biodiversidade e do deslocamento compulsório da população rural e urbana. No mais, ainda de acordo com o Painel de Especialistas, também houve um subdimensionamento do custo social, ambiental e econômico da obra.

Pinto (2005), ao discorrer acerca das “Grandezas e misérias da energia e da mineração no Pará” aponta a maneira que o projeto da UHE Belo Monte foi manipulado de várias formas pela empresa responsável para a efetivação e materialização do projeto. Para isso, além da remodelagem e diminuição do plano estrutural da usina, foram transmitidos pela Eletronorte uma imagem apaziguada dos impactos:

“seria possível gerar uma enorme quantidade de energia com o menor custo de KW instalado possível no Brasil, inundando uma área uma área muito pequena, remanejando pouca gente, usando uma cidade já existente como ponto de apoio, o que dispensaria construir uma nova vila no canteiro de obras e construindo a barragem sem precisar desviar o rio.” (PINTO, 2005, p. 102)

Esses discursos de grandes positivities dos empreendimentos também são notáveis e até espantosos no Portal Governo do Brasil, que destaca Belo Monte como fonte de diversos benefícios, como o de fornecer energia limpa e sustentável, a de nenhuma inundação em aldeias indígenas, a preservação do rio Xingu, preservação do equilíbrio da fauna aquática. Sem contar na “Responsabilidade socioambiental”, que afirma que grandes foram os investimentos em melhoria dos municípios localizados nas áreas de influência da usina, a dita valorização dos povos indígenas e geração de empregos, enfim, são inúmeros os discursos que buscam “enfeitar” os acontecimentos decorrentes da construção da usina. Esse mascaramento se torna eficaz quando alcança pessoas que não estão a par das discussões dos reais acontecimentos. Diante disso se enfatiza a importância de se debater a função da educação no âmbito social, na perspectiva de conscientização da realidade em prol do posicionamento crítico do sujeito no espaço onde vive.

#### 4 RESULTADOS

É notório que grande parte da degradação do meio ambiente não se dá somente pela falta de consciência destes sujeitos sobre as consequências de suas ações, mas também pelo avanço de empreendimentos que atendem aos intentos do capital. Ações estas que atropelam

direitos sociais e leis ambientais, encontrando apoio no Estado, principal disseminador de discursos desenvolvimentistas.

Diante de tantas incongruências entre as leis ambientalistas e as ações governamentais, se faz necessário refletir acerca dos motivos pelos quais, na maioria das vezes, os movimentos de cunho resistente às obras que devastam o meio ambiente e as populações que ali habitam, não conseguem atingir seus objetivos, sendo estes defensores da maioria populacional. Apesar de os defensores do capital deterem enorme poder sobre as decisões territoriais, sabe-se que significante são as conquistas de movimentos socioambientais, o que nos remete à cidadania exercida por tais sujeitos.

De acordo com Correa (1999),

“A cidadania, pois, significa a realização democrática de uma sociedade, compartilhada por todos os indivíduos ao ponto de garantir a todos o acesso ao espaço público e condições de sobrevivência digna, tendo como valor-fonte a plenitude da vida. Isso exige articulação política da população voltada para a superação da exclusão existente” (p. 217).

Nesse sentido, talvez haja uma carência para maior participação dos sujeitos afetados direta e indiretamente pelas ações capitalistas na Amazônia, objetivando fortalecer estes movimentos e consolidar suas reivindicações, se fizerem enxergados e ouvidos pelos articuladores destas obras.

Dessa forma, a educação em seu viés de cidadania se mostra de suma importância para sanar os impactos advindos de empreendimentos como a já citada UHE Belo Monte, uma vez que, ciente de seus direitos e deveres, o sujeito cidadão encontrará meios viáveis para reivindicar de fato respeito aos seus direitos, resistindo ao que lhes é imposto e donoso à sua existência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O empreendimento hidrelétrico de Belo Monte vem se desenvolvendo há mais de 40 anos, desde seus primeiros estudos de viabilização em 1975. Analisando o processo de construção desta UHE, evidencia-se que o mesmo foi palco de uma série de embates assumidos pelos interessados na consolidação da obra: o governo, empresas estatais, dentre outras favorecidas pelo processo de construção e fornecimento de energia, defrontando-se com as populações tradicionais, movimentos sociais e ambientalistas. Tais embates resultaram no engavetamento do projeto em uma determinada fase, em denúncias de violação ambiental e de direitos sociais e territoriais, enfrentamentos diretos autorais de movimentos sociais, ambientalistas e representantes das populações locais.

Contudo, pode-se afirmar que o fato de o projeto do empreendimento ter se consumado, haja vistas tantas ações de cunho resistente, se deu por conta da prevalência do capital, em sua atividade de ampliação, reprodução e acumulação do capital, em detrimentos dos direitos das populações atingidas e da preservação da flora e fauna tão prejudicadas com tais ações humanas. Prevalência esta que foi incorporada por diversos discursos desenvolvimentistas que pautavam a necessidade de realização de grandes empreendimentos em diversos setores de investimento, para o fortalecimento do desenvolvimento regional amazônico, decorrente da posição de dependência em que o Brasil se encontrava após a Segunda Guerra Mundial.

Dessa forma, ressalta-se a importância da educação para o fortalecimento do exercício de cidadania dos sujeitos direta e indiretamente afetados, possibilitando-os encontrar meios eficazes de defrontar projetos impactantes de forma negativa à sua realidade, buscando serem ouvidos e fazerem parte do processo desde o planejamento, podendo assim pautar suas reivindicações atentando para a garantia de seus direitos.



### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, R. S. O discurso da política desenvolvimentista no Brasil sob a prevalência do capital: o caso da UHE de Belo Monte. Anais... VII Jornada internacional Políticas Públicas, 2015, São Luís/ Maranhão – Brasil. VII Jornada internacional Políticas Públicas. 2015.

CORREA, Darcísio. A Construção da Cidadania. Reflexões Histórico Políticas. Ijuí:Unijuí, 1999.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEIDA, Jalcione. **A Construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: Conflito Ambiental e o Dilema do Desenvolvimento.** In: Ambiente e Sociedade, v. XIX, São Paulo, p. 141-158, out-dez. 2013

GOMES E SILVA, Ivana de Oliveira; THOMAZ JR, Antônio. Precedentes e interesses envolvidos na territorialização do setor energético na Amazônia e no projeto da UHE Belo Monte. IN: HESPAHOL. R. A. M.; MELAZZO, E. S. **A geografia do Pará em múltiplas perspectivas: políticas públicas, gestão e desenvolvimento territorial.** (coordenadores) Ed. ANAP, SP, 2017.

ISA – Instituto Socioambiental. **Especial Belo Monte**, 2010. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>. Acesso em 23 Set. 2018.

PINTO, Lúcio Flávio. Grandezas e misérias da energia e da mineração no Pará. In: SEVÁ FILHO, A. Osvaldo. (org.) Tenotã – Mõ: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network, 2005.